

A CARÊNCIA DA FORMAÇÃO INICIAL DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

CAUAN BRITO SILVA¹; ÉDITA MARTINS GOMES²; GABRIEL FONSECA LEITZKE³; LEONARDO CORREA SABBADO⁴;

RITA DE CÁSSIA DE SOUZA SOARES RAMOS⁵:

¹Universidade Federal de Pelotas – silvabcauan@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – editagomes1878@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – gabrielleitzke123@gmail.com

⁴Universidade Federal de Pelotas – leonardocorsab@gmail.com

⁵Universidade Federal de Pelotas – rita.ramos@ufpel.edu.br

1. INTRODUÇÃO

A formação de professores no Brasil, especialmente nos cursos de licenciatura, ainda não contempla adequadamente a educação inclusiva. Apesar dos avanços nas políticas educacionais, o tema da inclusão é frequentemente abordado apenas em oficinas e palestras de formação continuada, ficando à margem do currículo obrigatório. VITALIANO e DALL'ACQUA (2012) afirmam que o fato de os cursos de licenciatura não estarem oferecendo preparo adequado na área da educação inclusiva faz com que egressos vivenciem dificuldades ao ministrar aulas para alunos com deficiência.

Nesse cenário, os professores concluem a graduação despreparados para lidar com alunos com deficiência (PCDs), e ao analisar o currículo dos cursos, podemos perceber que quando são oferecidas disciplinas específicas, como LIBRAS ou outras focadas na inclusão, na maioria das vezes são optativas que nem sempre possuem demanda suficiente para serem ministradas, ou seja, mesmo que os graduandos queiram cursá-las, não conseguem por falta de interesse advindo de seus colegas também em formação.

Os currículos atuais dos cursos de formação de professores, mesmo que contemplem disciplinas que trabalhem com acessibilidade e inclusão, tendem a não atender a todos os cursos, enquanto alguns possuem mais de três disciplinas obrigatórias que tratam da temática da inclusão, outros possuem apenas duas ou até mesmo apenas uma obrigatória e outra optativa, deixando nítida a desproporcionalidade e a visão de que educação inclusiva não é importante, assim como é evidenciada por PEREIRA e RIZZATTI (2013) ao confirmarem que a formação de professores no âmbito inclusivo efetiva-se apenas nos cursos de Pedagogia ou de Licenciatura em Educação Especial.

O professor pode até possuir domínio no conteúdo, mas pode não saber como ensiná-los a alunos que demandem abordagens diferentes, de acordo com as suas necessidades e particularidades, é evidente que saber como realizar algo é diferente de saber ensinar, assim como apontam ROCHA e AGUIAR (2012), principalmente de forma inclusiva. A ausência de formação específica sobre essas diferenças é notável nos currículos atuais, gerando incertezas e dificuldades no trabalho pedagógico.

Ações inclusivas são realizadas apenas em espaços complementares como oficinas e palestras, além das experiências práticas proporcionadas por programas como o PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência) ou durante os estágios obrigatórios. Essas experiências, embora valiosas, são insuficientes para garantir uma formação integral voltada para a

inclusão, pois ou não se aprofundam suficientemente no tema, ou não trabalham apenas com foco na educação inclusiva.

No contexto de programas como o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI), o PIBID, e estágios supervisionados, há relatos de experiências pontuais que tentam suprir a lacuna presente na formação inicial. No entanto, esses momentos ainda são vistos como complementares e não centrais no processo formativo dos futuros docentes, fazendo com que apenas alunos realmente interessados no assunto busquem integrar-se, quando na realidade este processo deveria ser parte do conhecimento fundamental.

O NAI, criado em 2008 a partir do projeto “Incluir” do Ministério da Educação tem como propósito a promoção de políticas e ações que buscam efetivar a inclusão no Ensino Superior, garantindo o acesso, permanência e qualidade do ensino aos estudantes com deficiência na Universidade. O NAI frequentemente realiza ações de conscientização e formação para a comunidade acadêmica, além de oferecer serviços especializados como intérpretes de LIBRAS e materiais didáticos adaptados, também conta com uma equipe de educadores qualificados e uma comissão de apoio composta por docentes que auxiliam no desenvolvimento de tutorias e políticas inclusivas.

Neste sentido, o objetivo deste trabalho é evidenciar como a insuficiência da abordagem da educação inclusiva nas universidades tem repercussões práticas significativas no cotidiano escolar, pois ao se depararem com a demanda crescente por inclusão, docentes em formação precisam utilizar da improvisação e do conhecimento limitado que adquiriram com o tempo para conseguirem lidar com a demanda, o que pode resultar em práticas pedagógicas inadequadas ou superficiais.

2. ATIVIDADES REALIZADAS

As atividades realizadas, tanto no curso de formação docente quanto nos programas complementares, contribuíram para a exposição da ausência de um maior preparo específico, na formação inicial de professores para atender as demandas da educação inclusiva. No âmbito do PIBID foi vivenciada a primeira experiência significativa de inclusão, quando foi necessário que fizéssemos a adaptação de uma atividade para uma aluna com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em conjunto com os demais colegas pibidianos. A falta de preparo para lidar com essa situação foi evidenciada por todos nós, sendo necessário solicitar o apoio da professora titular da turma que já conhecia as particularidades da aluna e, com sua orientação foi possível adaptar a atividade, promovendo a participação ativa da estudante e garantindo o entendimento do conteúdo. Essa experiência prática revelou a necessidade de maior preparo teórico e prático durante a formação.

Outra experiência relevante ocorreu durante uma tutoria realizada no NAI ao ensinar um tutorando também com TEA, foi percebida a importância de personalizar a abordagem pedagógica, pois o que parecia uma explicação ‘simples’ para o tutorando revelou-se mais complexa exigindo assim uma adaptação dos métodos de ensino para atender às suas necessidades. Nesse processo, tornou-se claro que a compreensão das particularidades de cada aluno é essencial para o sucesso pedagógico, o que reflete a necessidade de maior ênfase em educação inclusiva nos cursos de licenciatura.

Essas atividades, tanto no PIBID quanto no NAI se mostraram valiosas, mas também evidenciaram que tais experiências, embora enriquecedoras, não são suficientes para preencher a lacuna deixada pela ausência de disciplinas específicas e obrigatórias sobre inclusão nos currículos dos cursos de formação de professores.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com isso, podemos concluir que essas experiências são de extrema importância, pois destacam a relevância da inclusão como um tema essencial na formação de professores. As situações vivenciadas no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência e no Núcleo de Acessibilidade e Inclusão evidenciam como as práticas pedagógicas inclusivas são fundamentais para a promoção de um ensino equitativo e acessível para todos os alunos. Essas vivências reforçam a ideia de que, sem uma preparação adequada durante a formação inicial, os professores apresentam dificuldades ao tentar adaptar suas práticas e metodologias para atender às necessidades de seus alunos com deficiência, o que infelizmente acaba comprometendo a qualidade da educação oferecida.

É essencial que programas institucionais e federais como o NAI e o PIBID sejam valorizados, visto que os mesmos proporcionam momentos valiosos de formação prática que, mesmo que complementares, ajudam a suprir parcialmente a lacuna deixada pelos currículos dos cursos de licenciatura. Essas iniciativas oferecem oportunidades sólidas de contato com a realidade da educação inclusiva, promovendo a reflexão sobre a importância de adaptar as práticas pedagógicas com o intuito de incluir todos os estudantes de maneira efetiva. Porém, apesar do seu valor, essas experiências não devem ser vistas como totalmente suficientes para garantir a formação completa de docentes preparados para lidar com a diversidade nas salas de aula. É preciso repensar a formação de professores, já que o modelo atual não trabalha a educação inclusiva de forma adequada e satisfatória.

A inclusão precisa ser central dos currículos das licenciaturas, contando com disciplinas obrigatórias que abordem o tema de forma prática e aprofundada, garantindo que os futuros docentes adquiram tanto o conhecimento teórico quanto a habilidade de aplicar métodos pedagógicos inclusivos. Isso permitirá que as dificuldades encontradas em situações como as descritas sejam minimizadas, assim promovendo uma educação que realmente atenda às demandas de todos os alunos, sem deixar ninguém de fora.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PEREIRA, G. A.; RIZZATTI, I. M. . A educação inclusiva segundo os graduandos do curso de Licenciatura em Física, Matemática e Química da Universidade Estadual de Roraima. **Atas do IX Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências. Águas de Lindóia: Brasil, 2013.** Disponível em: https://abrapec.com/atas_enpec/ixenpec/atas/resumos/R1556-1.pdf. Acesso em: 29 set. 2024.

ROCHA, A. M. C.; AGUIAR, M. C. C. Aprender a ensinar, construir identidade e profissionalidade docente no contexto da universidade: uma realidade possível. **35ª Reunião Anual da ANPED**, p. 1-17, 2012. Disponível em:

https://legado.anped.org.br/sites/default/files/gt08-1829_int.pdf. Acesso em: 06 out. 2024.

VITALIANO, C. R.; DALL'ACQUA, M. J. C. . Análise das diretrizes curriculares dos cursos de licenciatura em relação à formação de professores para inclusão de alunos com necessidades especiais. **Teias**, p. 103-121, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/124958>. Acesso em: 29 set. 2024.